

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

A M&G Poliéster S.A. ("Companhia") submete para apreciação o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e as respectivas notas explicativas, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

1 - Introdução

A M&G Poliéster S.A. ("Companhia"), por meio de suas controladas, atua na produção e comercialização de resina PET para embalagens, fibras sintéticas de poliéster de aplicação têxtil, ácido tereftálico purificado (PTA) e polímeros de poliéster reciclados, bem como na prestação de serviços relacionados a essas atividades.

A acionista controladora da M&G Poliéster S.A. é a M&G Resinas Participações Ltda. (anteriormente denominada MGlobal Participações Ltda.) e o controlador final da M&G Resinas Participações Ltda. é, desde outubro de 2002, a Mossi & Ghisolfi International S.A. que, por sua vez, é controlada pela M&G Finanziaria S.r.l. com sede em Milão.

O Grupo Mossi & Ghisolfi (Grupo M&G) foi fundado em 1953 por Vittorio Ghisolfi e desde então pertence à família Ghisolfi. O Grupo M&G é o maior produtor mundial de resina PET para aplicação em embalagens com capacidade total de aproximadamente 1,7 milhões de toneladas. Desde o desenvolvimento do mercado no início dos anos oitenta, o Grupo M&G continua a reinvestir no segmento de produção de resina PET resultando em uma base de ativos e conhecimentos tecnológicos sem precedentes. Particularmente com um horizonte de investimento de longo prazo, o Grupo M&G acumulou profunda experiência ao longo de 30 anos de processamento de plástico e está fortemente comprometido com pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, reciclagem e processos de produção a partir de fontes verdes.

A despeito das condições de mercado mais difíceis no segundo semestre de 2008 e primeiro semestre de 2009, o Grupo M&G confirmou que suas vantagens competitivas históricas são válidas e tem representado uma grande proteção: tecnologia superior permite maiores economias de escala que podem ser alcançadas com contratos de longo prazo com clientes e fornecedores.

Liderança em tecnologia e processo. O Grupo M&G é reconhecido no setor por ser o líder de tecnologia industrial. Alguns especialistas da área comentaram sobre o Grupo M&G dizendo que o Grupo M&G se beneficia de plantas ao estado da arte, passíveis de expansão e com engenharia PET superior desenvolvida. O Grupo M&G tem sido consistentemente capaz de construir plantas muito maiores do que a concorrência e sua tecnologia, experiência de engenharia e recursos internos permitem ao M&G continuar a inovar e aprimorar o desempenho da suas plantas e o desenvolvimento de novos produtos.

Grandes economias de escala: a Companhia opera a mais nova e a mais eficiente planta da indústria do PET. A estratégia da Companhia é gerar economias de escala na produção, alcançadas pela operação da maior planta do mundo possuindo uma única linha (Suape) e pelo investimentos destinados a aumentar significativamente a sua capacidade.

Contratos de longo prazo com principais clientes e fornecedores: a Companhia conquistou taxa de utilização da capacidade instalada muito maior do que a média do setor, graças a sua estratégia de comprometimento com contratos de longo prazo tanto com os clientes quanto com os fornecedores. Em geral, a Companhia possui uma base de clientes forte, leal e diversificada. Igualmente, a Companhia sempre buscou contratos de longo prazo com seus fornecedores para garantir a estabilidade no fornecimento, preços menores e custos reduzidos de logística.

Em termos macroeconômico o ano de 2010 apresenta um aumento nos preços de resinas PET e fibras de Poliéster quando comparado com o ano de 2009, alinhado aos aumentos praticados nos mercados internacionais e acompanhando consequentemente a tendência dos preços das matérias-primas usadas na produção de resinas PET e fibras de Poliéster e de certa forma as altas das cotações do petróleo no mercado internacional. A cotação de câmbio mostra uma baixa volatilidade com uma valorização de 4,3% do real frente ao dólar norte americano no final do ano de 2010 (R\$1,67) quando comparamos com o final de 2009 (R\$1,74). Durante o ano de 2010 a cotação de câmbio manteve sempre uma valorização diante do câmbio praticado em 2009.

No ano de 2010 a Companhia confirma através das suas vantagens competitivas uma melhor performance no volume de vendas e nos resultados, tendência que se manifestou já a partir do 4T09. O ano de 2009 teve início com a indústria, em âmbito mundial, vivendo uma fase de excesso de oferta. Isso levou ao fechamento de diversas plantas antigas e sem lucratividade, a maioria delas com capacidades abaixo da média (inferior a 100.000/150.000 toneladas/ano) e localizadas principalmente na América do Norte e Europa. Esse fechamento, associado com a recuperação da economia da crise econômica que se espalhou no segundo semestre de 2008 por todos os países sem exceção, trouxe de volta um equilíbrio substancial entre a demanda e a oferta, o que por sua vez, levou à melhoria de margens e a sua consolidação.

Vale lembrar também que a Companhia simplificou a partir do ano 2008 a estrutura societária visando uma melhor eficiência dos negócios e impactos positivos na esfera administrativa e de custos. A antiga Recipet - unidade de reciclagem - foi incorporada pela M&G Fibras e Resinas Ltda, utilizando os mesmos sistemas de informação e instalações administrativas, todos centralizados. O negócio de Fibras de Poliéster foi transferido para a M&G Fibras Brasil S.A. possibilitando uma melhor gestão da atividade sem a contaminação de custos das unidades de reciclagem, custos fixos da planta de PTA e da unidade de resina PET de Poços, ambas suspensas temporariamente.

O mercado brasileiro de resinas PET está sendo atendido pela planta da M&G Polímeros Brasil S.A. no Complexo Industrial e Portuário de Suape localizado no município de Ipojuca - PE. Em abril de 2009 foram implementadas as alterações no processo produtivo e ajustes nos equipamentos para ampliação da capacidade produtiva conforme anunciado no Fato Relevante de 20 de janeiro de 2009, atendendo a primeira parte da expansão da capacidade da planta de PET, das originais 450 mil toneladas para as atuais 550 mil toneladas/ano.

2 - Indicadores Econômicos

Principais Indicadores - Consolidado						
(R\$ milhões)	2010	2009	2S10	1S10	2S09	1S09
Volume Totais (mil toneladas)	570,7	453,1	289,9	280,8	241,6	211,5
Volume Resina PET (mil toneladas)	474,1	369,4	240,3	233,8	198,2	171,2
Volume Fibras Poliéster (mil toneladas)	86,3	71,8	45,2	41,1	36,9	34,9
Volume Outros (mil toneladas)	10,3	11,9	4,4	5,9	6,5	5,4
Receita Líquida	1.640,2	1.251,9	833,1	807,1	637,0	615,0
Lucro (Prejuízo) Líquido	(3,6)	(8,9)	(6,6)	3,0	(18,7)	9,8
EBITDA	126,6	23,9	54,7	71,9	7,6	16,3
(*) EBITDA ajustado por itens não recorrentes	153,9	46,4	82,0	71,9	30,1	16,3

Demonstração do Ebitda - Consolidado						
(R\$ milhões)	2010	2009	2S10	1S10	2S09	1S09
Lucro (Prejuízo) Líquido	(3,6)	(8,9)	(6,6)	3,0	(18,7)	9,8
Resultado Financeiro	70,9	(20,4)	25,5	45,4	9,2	(29,6)
I.R. e C.S.L.L. corrente e diferido	13,9	3,2	9,4	4,5	(7,0)	10,2
Depreciação e amortização	49,6	52,6	28,5	21,1	25,3	27,3
Participação dos Minoritários	(4,2)	(2,6)	(2,1)	(2,1)	(1,2)	(1,4)
EBITDA	126,6	23,9	54,7	71,9	7,6	16,3
(*) Itens não recorrentes	27,3	22,5	27,3	-	22,5	-
EBITDA ajustado por itens não recorrentes	153,9	46,4	82,0	71,9	30,1	16,3

(*) O EBITDA foi reduzido no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 por provisão extraordinária para perda de créditos tributários relativos à ICMS respectivamente no valor de R\$ 27.305 em 2010 e R\$22.532 (2009).

EBITDA é o lucro (prejuízo) operacional adicionado das despesas (receitas) financeiras líquidas, variação cambial, imposto de renda e contribuição social e de depreciações e amortizações. O EBITDA não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil ou mesmo em outros conjuntos abrangentes de políticas contábeis, não representando o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como sendo uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do nosso desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem um significado padronizado e nossa definição para esse indicador pode não ser comparável ao EBITDA conforme definido por outras companhias. Ainda que o EBITDA não forneça, de acordo com as práticas contábeis utilizadas no Brasil, uma medida do fluxo de caixa operacional, nossa administração o utiliza para mensurar nosso desempenho operacional. Adicionalmente, entendemos que determinados investidores e analistas financeiros utilizam o EBITDA como indicador do desempenho operacional de uma companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

O ano 2010 foi marcado pela recuperação e crescimento dos resultados e volume de vendas quando comparado com o ano de 2009, este marcado por dois cenários distintos, o 1º semestre sendo afetado pelo auge da crise econômica mundial e o 2º semestre mostrando importantes sinais de recuperação.

O volume de vendas da Companhia no ano de 2010 apresentou um crescimento de 26,0% com relação ao ano de 2009, alcançando 570,7 mil toneladas (453,1 mil toneladas no ano de 2009). O volume de vendas do negócio Resina PET no ano de 2010 apresentou um crescimento contínuo durante todo o ano de 2010, com um crescimento de 28,3% com relação ao ano de 2009, alcançando 474,1 mil toneladas (369,4 mil toneladas em 2009).

O volume de vendas do negócio Fibras de Poliéster no ano de 2010 apresentou um crescimento de 20,2% com relação ao ano de 2009 alcançando 86,3 mil toneladas (71,8 mil toneladas em 2009). Durante o ano de 2010 os volumes vendidos vêm apresentando um contínuo aumento, tendo um destaque no 4T10 quando foram vendidas 23,1 mil toneladas (18,7 mil toneladas no mesmo período de 2009) representando um acréscimo de 23,5%.

Outras unidades de negócios alcançaram volume de vendas de 10,3 mil toneladas no ano de 2010 (11,9 mil toneladas em 2009), uma redução de 13,4% com relação ao ano de 2009. A receita líquida da Companhia alcançou no ano de 2010 R\$1.640,2 milhões, 31% maior que o ano de 2009.

A receita líquida com vendas do negócio Resina PET teve um aumento de 33,6% com relação ao ano de 2009 totalizando no ano de 2010 R\$1.322,7 milhões. O negócio Fibras de Poliéster apresentou um acréscimo de 26,6% da receita com relação ao ano de 2009, totalizando no ano de 2010 R\$289,4 milhões. Outras atividades tiveram uma redução de 15,4% de receitas com relação ao ano de 2009.

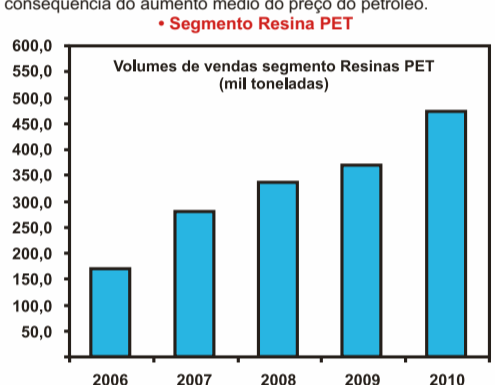
O EBITDA da Companhia ajustado por itens não recorrentes (provisão extraordinária para créditos tributários relativos à ICMS do estado Minas Gerais) foi positivo em R\$153,9 milhões no ano de 2010 (R\$46,4 milhões em 2009), um aumento de mais de 200% em relação ao ano anterior. Considerando os itens não recorrentes (provisão extraordinária para créditos tributários relativos à ICMS do estado Minas Gerais) o EBITDA total passou de R\$153,9 para R\$126,6.

O lucro líquido consolidado no ano de 2010 apresenta resultado negativo de R\$3,6 milhões (R\$8,9 milhões resultado negativo em 2009). Este resultado foi impactado pelos itens não recorrentes acima mencionados; quando expurgamos este efeito o resultado líquido consolidado passa de negativo para positivo em R\$23,7 milhões (R\$13,6 milhões em 2009).

3 - Volume de vendas e receita líquida por segmento

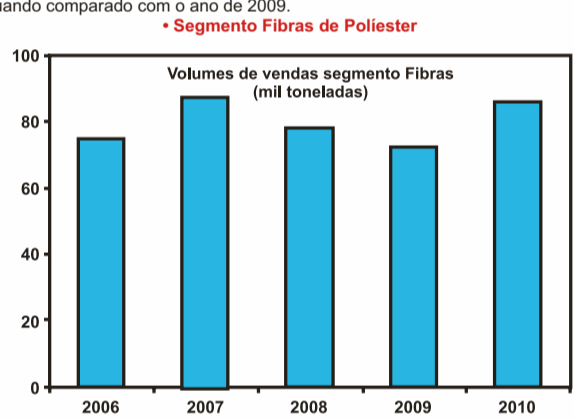
O grande aumento dos volumes em 2010 foi mais pronunciado no segundo semestre do ano, fortemente influenciado pela redução dos estoques face ao crescimento pronunciado do PIB brasileiro no primeiro semestre.

Uma parte do crescimento da receita foi alavancado principalmente pelo aumento de volume de vendas. Outra parte do crescimento da receita deveu-se ao reposicionamento dos preços na cadeia em consequência do aumento médio do preço do petróleo.



O segmento Resina PET vem apresentando nos últimos anos uma evolução constante no volume de vendas e melhorando sua performance. O crescimento em 2010 foi de 28,3% quando comparado com 2009.

A receita líquida desse segmento no ano de 2010 foi de R\$1.322,7 milhões, um acréscimo de 33,6% quando comparado com o ano de 2009.



BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E 1º DE JANEIRO DE 2009 - (Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado			Nota explicativa	Controladora			Consolidado			
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009		31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	
ATIVO														
CIRCULANTE														
Caixa e equivalente de caixa.....	5	10	33	21	115.222	89.290	41.054	14	-	-	-	223.104	229.297	169.350
Contas a receber.....	6	-	-	-	265.503	208.220	274.005	-	-	-	-	-	-	-
Estoques.....	7	-	-	-	261.973	218.821	283.471	14	-	-	-	-	-	8.712
Partes relacionadas.....	19	387	74	4.052	4.354	3.191	3.040	17	142	67	114.921	76.607	94.912	76.607
Impostos a recuperar.....	8	136	162	214	28.718	32.654	38.686	15	20	9	33.538	24.561	13.466	13.466
Créditos a receber.....	9	-	-	-	21.024	4.720	-	16	-	42	3.294	1.709	9.703	9.703
Despesas antecipadas.....	-	-	-	-	1.871	2.109	1.144	17	-	-	12.935	12.777	12.796	12.796
Outras contas a receber.....	-	-	-	-	5.092	7.639	13.309	19	1.977	-	303.562	211.049	401.404	401.404
		533	269	4.287	703.757	654.709	654.709		2.014	151	697.950	567.350	712.530	712.530
NÃO CIRCULANTE														
Aplicações financeiras.....	10	-	-	48.447	43.523	40.000	-	19	-	-	-	7.255	62.449	-
Contas a Receber.....	6	-	-	-	9.096	-	-	11.a)	-	-	-	5.961	8.339	2.065
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	11.a)	-	-	53.518	63.803	87.357	-	14	-	-	341.369	367.256	413.364	413.364
Partes relacionadas.....	19	-	-	1.126	1.441	1.836	-	15	-	-	265.877	247.257	275.886	275.886
Impostos a recuperar.....	8	-	-	43.049	81.200	105.434	-	12	-	-	-	-	-	-
Créditos a receber.....	9	-	-	103.270	101.481	106.111	-	18	9.659	-	4.627	4.265	5.435	5.435
Depósitos judiciais.....	-	775	775	775	2.801	2.450	2.117		-	-	-	625.089	689.566	696.750
Despesas antecipadas.....	-	-	-	739	1.183	1.495	-		9.659	-	-	689.566	696.750	696.750
		775	775	775	252.950	304.177	344.350		-	-	-	625.089	689.566	696.750
Investimentos.....	12	251.883	244.218	249.057	747	747	747	20	523.308	523.308	523.308	523.308	523.308	523.308
Imobilizado.....	13	-	-	-	611.057	643.843	672.025		72.246	72.246	72.246	72.246	72.246	72.246
Intangível.....	13	-	-	-	13.975	8.764	16.176		33.370	46.035	58.699	33.370	46.035	58.699
		252.658	244.993	249.832	878.729	957.531	1.033.298		(387.406)	(396.478)	(400.279)	(387.406)	(396.478)	(400.279)
TOTAL DO ATIVO		253.191	245.262	254.119	1.582.486	1.524.175	1.688.007		241.518	245.111	253.974	259.447	267.259	278.727
PASSIVO														
CIRCULANTE														
Empréstimos e financiamentos - terceiros.....					115.222	89.290	41.054	14	-	-	-	223.104	229.297	169.350
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas.....					265.503	208.220	274.005		-	-	-	-	-	-
Fornecedores.....					261.973	218.821	283.471		-	-	-	-	-	-
Impostos e contribuições.....					4.354	3.191	3.040		17	142	67	114.921	76.607	94.912
Provisão para obrigações diversas.....					28.718	32.654	38.686		15	20	9	33.538	24.561	13.466
Provisão para obrigações trabalhistas.....					21.024	4.720	-		16	-	42	3.294	1.709	9.703
Partes relacionadas.....					1.871	2.109	1.144		17	-	-	12.935	12.777	12.796
Adiantamentos de clientes.....					5.092	7.639	13.309		19	1.977	-	303.562	211.049	401.404
Outras contas a pagar.....					703.757	654.709	654.709					2.193	9.540	2.003
												4.403	1.810	184
												2.014	151	145
												697.950	567.350	712.530
NÃO CIRCULANTE														
Partes relacionadas.....					48.447	43.523	40.000	19	-	-	-	7.255	62.449	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....					9.096	-	-	11.a)	-	-	-	5.961	8.339	2.065
Empréstimos e financiamentos - terceiros.....					53.518	63.803	87							

M&G Poliéster S.A. e Controladas

C.N.P.J. nº 56.806.656/0001-50 - Companhia Aberta

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 - (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009 reapresentado	2010	2009 reapresentado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Prejuízo líquido antes da participação dos acionistas não controladores.....	(3.593)	(8.863)	(7.812)	(11.468)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização.....	-	-	49.361	52.541
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	-	-	6.229	743
Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente e diferido.....	-	-	7.907	1.170
Equivalência patrimonial.....	1.994	8.339	-	-
Ganho (perda) na venda de ativo imobilizado.....	-	-	683	(61)
Encargos financeiros e variação cambial não realizados.....	-	-	(1.464)	2.763
Provisão para perdas com estoque.....	-	-	(2.453)	-
Provisões diversas (processos judiciais, despesas operacionais).....	-	-	1.947	22.532
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				
Aplicações financeiras.....	-	-	(4.924)	-
Contas a receber de clientes.....	-	-	(54.416)	62.760
Estoques.....	-	-	(40.696)	64.650
Partes relacionadas.....	(313)	478	(848)	2.413
Impostos a recuperar.....	26	52	42.087	8.637
Créditos diversos.....	-	-	(15.897)	5.571
Despesas antecipadas.....	-	-	682	(653)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores.....	(123)	75	38.314	9.837
Impostos a recolher.....	11	(27)	27.597	(5.959)
Salários, provisões e encargos sociais.....	-	-	158	(19)
Partes relacionadas.....	1.975	-	37.319	(112.287)
Provisões pagas.....	-	-	-	(9.399)
Outras obrigações e contas a pagar.....	-	(42)	(4.764)	1.626
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais.....	(23)	12	79.011	95.397
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Adições ao intangível.....	-	-	(11.633)	(18.296)
Aquisição de imobilizado.....	-	-	(10.830)	(122)
Títulos e valores mobiliários:				
Recebimento pela venda de imobilizado e intangível.....	-	-	-	628
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento.....	-	-	(22.463)	(17.790)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Captação de financiamentos - terceiros.....	-	-	233.315	249.974
Juros pagos.....	-	-	(53.557)	(55.886)
Pagamento empréstimos - partes relacionadas.....	-	-	-	(6.932)
Pagamento de financiamentos.....	-	-	(210.374)	(216.527)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento.....	-	-	(30.616)	(29.371)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE DISPONIBILIDADES	(23)	12	25.932	48.236
Disponibilidades no início do exercício.....	33	21	89.290	41.054
Disponibilidades no fim do exercício.....	10	33	115.222	89.290
	(23)	12	25.932	48.236

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Aumento de Capital em investimento com utilização de mútuo:..... 3.500 - -

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009 reapresentado	2010	2009 reapresentado
RECEITAS				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços.....	-	-	1.856.353	1.446.714
Outras receitas.....	-	850	642	9.963
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão (constituição).....	-	-	(5)	(744)
	-	850	1.856.990	1.455.933
Insumos adquiridos de terceiros (com impostos)				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos.....	-	-	(1.409.665)	(1.010.148)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros.....	(1.186)	(1.236)	(232.611)	(249.080)
Perda/recuperação de valores ativos.....	-	-	(7.404)	-
Outras.....	-	-	(27.547)	(20.289)
	(1.186)	(1.236)	(1.677.227)	(1.279.517)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(1.186)	(386)	179.763	176.416
Depreciação e amortização.....	-	-	(49.361)	(52.541)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade.....	(1.186)	(386)	130.402	123.875
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial.....	(1.994)	(8.339)	-	-
Receitas financeiras.....	84	108	21.091	182.995
	(1.910)	(8.231)	21.091	182.995
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(3.096)	(8.617)	151.493	306.870
Distribuição do valor adicionado.....	(3.096)	(8.617)	151.493	306.870
Pessoal:				
Remuneração direta.....	-	-	33.334	35.140
Benefícios.....	-	-	13.535	12.513
FGTS.....	-	-	2.881	2.666
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais.....	218	53	17.881	86.073
Estaduais.....	-	-	3.712	24.755
Municipais.....	218	-	12.796	61.194
Remuneração do capital de terceiros:				
Juros.....	279	193	91.674	181.946
Aluguéis.....	279	124	86.352	162.194
Outras.....	-	-	5.322	19.558
Remuneração de capitais próprios:				
Prejuízo do exercício.....	(3.593)	(8.863)	(7.812)	(11.468)
Participação dos não controladores nos prejuízos acumulados.....	(3.593)	(8.863)	(3.593)	(8.863)
	(7.186)	(17.726)	(11.405)	(20.331)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	(3.096)	(8.617)	151.493	306.870

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Operações

A M&G Poliéster S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, que por meio de suas controladas, atua na produção e comercialização de resina PET para embalagens, fibras sintéticas de poliéster de aplicação têxtil, ácido tereftálico purificado (PTA) e polímeros de poliéster reciclados, bem como na prestação de serviços relacionados a essas atividades.

A acionista controladora da M&G Poliéster S.A. é a M&G Resinas Participações Ltda. (anteriormente denominada MGlobal Participações Ltda.) e o controlador final da M&G Resinas Participações Ltda. é a Mossi & Ghisolfi Internacional S.A. que, por sua vez, é controlada pela M&G Finanziaria S.r.l. com sede em Milão.

1.2. Paralisação temporária das plantas de Paulínia e Poços de Caldas

Permanecem suspensas as atividades de produção de resinas PET da planta de Poços de Caldas - MG, e de produção de Ácido Tereftálico Purificado - PTA, matéria-prima básica da cadeia produtiva de Poliéster, da planta de Paulínia - SP.

O mercado brasileiro de resinas PET está sendo atendido pela planta da M&G Polímeros Brasil S.A., subsidiária integral da Companhia localizada em Suape - PE. As atividades de produção de fibras de poliéster desenvolvidas pelas plantas da M&G Fibras Brasil S.A. em Cabo de Santo Agostinho - PE e Poços de Caldas - MG prosseguem normalmente.

Os estudos sobre possíveis cursos de ação para diferentes cenários quanto à demanda de mercado e usos alternativos dos ativos industriais desenvolvidos pela Administração da Companhia permanecem válidos:

a) Planta de PTA (Paulínia)

A planta de PTA será adaptada para a produção alternativa de Ácido Isoftálico Purificado - IPA, matéria-prima para a produção de resina PET. Essa produção virá atender ao consumo global do Grupo Mossi & Ghisolfi e, se houver demanda, também o de terceiros. Essa produção alternativa implicará investimento estimado de US\$12 milhões (informação não auditada pelos auditores independentes) e o projeto deverá demandar 12 meses para conclusão. A produção de PTA, entretanto, pode ser retomada rapidamente (cerca de 6 meses) já que o maquinário e instalações vêm sendo mantidos prontos para tal possibilidade.

A Companhia poderá implementar conjuntamente projetos de melhoria e atualização do processo industrial do PTA, com investimentos estimados em cerca de US\$16,4 milhões (informação não auditada pelos auditores independentes), que visam a reduções nos custos variáveis da referida produção de aproximadamente 3,7% (informação não auditada pelos auditores independentes) por tonelada em relação ao custo variável total.

A planta é mantida em estado que permite a retomada da produção em um período de cerca de 6 meses.

A Administração e os acionistas controladores não descartam, ainda, a possibilidade de alienação da planta de PTA a potenciais interessados. Nesse sentido, os estudos disponíveis quanto ao valor justo dos ativos da planta de Paulínia sustentam que não há necessidade de fazer ajustes ao valor contábil líquido desses ativos, cujo saldo soma R\$8.151 em 31 de dezembro de 2010 (R\$13.162 em 2009).

b) Planta de resina PET (Poços de Caldas)

Em setembro de 2008, a Companhia realizou alterações na estrutura societária das empresas controladas M&G Fibras e Resinas Ltda. e M&G Fibras Brasil S.A.. Todas as atividades ligadas à produção de fibras em Poços de Caldas e Cabo de Santo Agostinho foram transferidas para a M&G Fibras Brasil S.A.

A planta de resina PET em Poços de Caldas será orientada para a produção de polímeros têxteis, que são polímeros semi-acabados para a produção posterior de filamento de poliéster. Não há necessidade de investimentos relevantes para re-orientar a produção para esse novo produto, mas essa nova atividade dependerá economicamente do fornecimento de PTA pela fábrica de Paulínia da Terrefilicos.

A Administração e os acionistas controladores não descartam, ainda, a possibilidade de alienação da planta de resina PET a potenciais interessados. Nesse sentido, os estudos disponíveis quanto ao valor justo dos ativos da planta de Poços de Caldas sustentam que não há necessidade de fazer ajustes ao valor contábil líquido desses ativos, cujo saldo soma R\$2.465 em 31 de dezembro de 2010 (R\$3.965 em 2009).

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, das normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e que diferem das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido na legislação brasileira, enquanto que para fins de IFRS (normas contábeis internacionais) é requerido a avaliação do investimento pelo custo ou valor justo.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vida útil do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, tais como, perdas em estoque, provisões, realização de créditos tributários e obrigações legais vinculadas a processos judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

As demonstrações financeiras consolidadas em IFRS foram elaboradas pela primeira vez para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e incluem as demonstrações financeiras da M&G Poliéster S.A. e das empresas nas quais a Companhia mantém o controle acionário, direta ou indiretamente, cujos exercícios sociais são coincidentes com os da controladora e as práticas contábeis são uniformes.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 24 de março de 2011.

2.1. Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade

Até 31 de dezembro de 2009, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos do CPC vigentes naquele exercício. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram preparadas de acordo com os pronunciamentos CPC, incluindo os novos pronunciamentos do CPC vigentes para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010 e normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

Sendo assim, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas cumprindo todas as normas previstas nos CPCs e IFRS para o período iniciado em 1º de janeiro de 2009. Para as presentes demonstrações financeiras, o saldo de abertura considerado foi o de 1º de janeiro de 2009, data da transição para os novos CPCs. Assim, a partir de 1º de janeiro de 2009 não existem mais diferenças entre o resultado e o patrimônio líquido da controladora pela legislação societária e o das demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com as IFRS emitidas pelo IASB. Além disso, a legislação societária brasileira requer que as companhias abertas apresentem uma demonstração de valor adicionado - DVA em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, enquanto que para fins de IFRS, tais demonstrações são apresentadas como informações suplementares.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas da data de transição de acordo com o IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias e isenção opcional de aplicação retrospectiva completa do IFRS, descritas a seguir:

a) A utilização da seguinte opcional de aplicação retrospectiva completa: Mensuração do ativo imobilizado ao valor justo: a Companhia optou por remensurar seu ativo imobilizado a valor justo (deemed cost) para as controladas M&G Fibras e Resinas Ltda. e Terrefilicos Indústria Química Ltda. para todos os itens relevantes de suas classes de ativos além de atribuição de uma nova vida útil remanescente à essas classes. Para controlada M&G Polímeros Brasil S.A. a Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo (deemed cost) como custo atribuído ao ativo imobilizado considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados das Controladas; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas à sua única atividade operacional; (iii) a planta da controlada é recente, tendo começado a operar no primeiro semestre de 2007; (iv) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens; (v) a Companhia efetuou revisão das estimativas de vida útil das classes de imobilizado: terrenos, edifícios e benfeitorias, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios considerando que em seu ativo imobilizado existem componentes com custo significativo em relação ao custo total do ativo principal. Estes itens foram identificados e depreciados separadamente, considerando uma nova definição de vida útil estimada, obtida com base em laudo preparado por membros experientes do departamento de engenharia do Grupo M&G, em conformidade com os requerimentos do CPC 27, ICP 10 e IAS 16.

Segue abaixo a reconciliação dos patrimônios líquidos originalmente apresentados referentes a 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2009, e do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, com os respectivos valores apurados após a adoção das novas práticas contábeis:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2009	01/01/2009
Prejuízo líquido	(2.332)	193.897	(2.332)	209.680
Patrimônio líquido	193.897	196.229	(7.676)	58.815
Saldo antes dos efeitos das novas práticas contábeis.....	-	-	2.841	(6.397)
Ativo diferido (a).....	-	-	-	-
Ativo diferido (b).....	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido (c).....	-	-	(1.696)	(1.204)
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial (d).....	(6.531)	51.214	-	-
Participação de acionistas não controladores (e).....	-	-	6.365	6.365
Saldo após os efeitos das novas práticas contábeis.....	(8.863)	245.111	(8.863)	267.259
As novas práticas contábeis que impactaram o resultado das demonstrações financeiras da Companhia no encerramento do exercício são:				
a) as controladas M&G Fibras e Resinas Ltda. e Terrefilicos Indústria Química Ltda. fizeram uso do dispositivo previsto no CPC 27 (IAS 16) e reavaliaram suas classes de ativos de terrenos, edifícios e benfeitorias, instalações, máquinas e equipamentos e móveis e utensílios para atribuir um novo custo (deemed cost), atribuindo a essas classes uma nova vida útil remanescente. A M&G Polímeros efetuou revisão das estimativas de vida útil de alguns bens do ativo imobilizado considerando que em seu ativo imobilizado existem componentes com custo significativo em relação ao custo total do ativo principal. Os efeitos foram incluídos em outros resultados abrangentes.				

b) o ativo diferido da Companhia era representado pelos gastos pré-operacionais necessários à implantação e organização da controlada M&G Polímeros Brasil S.A. Incorridos, até 2008, que não são atribuíveis a itens do imobilizado da planta. A Companhia optou por baixar os saldos anteriormente reconhecidos no grupo do ativo diferido;

c) o ajuste e realização do imposto de renda diferido sobre os ajustes em função da adoção dos novos pronunciamentos;

d) foram reconhecidos através de equivalência patrimonial os efeitos do reconhecimento das novas práticas contábeis das controladas da Companhia;

e) os efeitos da reavaliação das classes de ativos do imobilizado, conforme descrito no item "a" acima foram refletidos na participação de acionistas não controladores;

f) a reclassificação dos valores de imposto de renda e contribuição social diferidos que anteriormente era apresentado no grupo de ativo circulante para o grupo de ativo não-circulante.

Certas reclassificações foram efetuadas no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2009 e 01 de janeiro de 2009 para permitir a comparabilidade com o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2010.

Em atendimento aos requerimentos de divulgação sobre adoção inicial dos novos pronunciamentos e das IFRS, nos quadros abaixo, a Companhia está apresentando, uma breve descrição e os valores correspondentes aos impactos no balanço patrimonial e no patrimônio líquido em 1º de Janeiro de 2009 e 31 de Dezembro de 2009 da controladora e consolidado.

i) Impactos da adoção dos novos pronunciamentos no balanço patrimonial controladora

Ativo	Controladora							
	31 de dezembro de 2009			01 de janeiro de 2009				
	Anterior	Ajustes IRFS	Reclassificações	Reapresentado	Anterior	Ajustes IRFS	Reclassificações	Reapresentado
Circulante								
Caixa e equivalente de caixa.....	33	-	-	33	21	-	-	21
Partes relacionadas.....	74	-	-	74	4.052	-	-	4.052
Impostos a recuperar.....	162	-	-	162	214	-	-	214
	269	-	-	269	4.287	-	-	4.287
Não circulante								
Depósitos judiciais.....	775	-	-	775	775	-	-	775
	775	-	-	775	775	-	-	775
Investimentos (d).....	199.884	51.214	(6.880)	244.218	191.312	57.745	1	249.057
Outros investimentos.....	1	-	(1)	-	1	-	(1)	-
	199.885	51.214	(6.881)	244.218	191.312	57.745	-	249.057
Total do ativo.....	200.929	51.214	(6.881)	245.262	196.374	57.745	-	254.119

ii) Impactos da adoção dos novos pronunciamentos no balanço patrimonial consolidado

Passivo	Controladora							
	31 de dezembro de 2009			01 de janeiro de 2009				
	Anterior	Ajustes IRFS	Reclassificações	Reapresentado	Anterior	Ajustes IRFS	Reclassificações	Reapresentado
Circulante								
Fornecedores.....	142	-	-	142	67	-		

ii) Impactos trimestrais da adoção dos novos pronunciamentos

As Informações trimestrais de 2010 foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da Companhia de acordo com os requerimentos da CVM para Informações trimestrais (NPA 06 do IBRACON), incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis em 2010 e 2009, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria. As Informações trimestrais de 2009 foram revisadas por outros auditores independentes que emitiram Relatório de Revisão Trimestral, sem ressalva. A Companhia levou em consideração as previsões da Deliberação CVM 656/11, no que se refere as companhias abertas que, até a data da apresentação das demonstrações financeiras do exercício social iniciado a partir de 01 de janeiro de 2010, não tiverem reapresentado os seus Informes trimestrais de 2010. Desta forma, estão evidenciados abaixo, para cada trimestre de 2010 e 2009, os efeitos das reclassificações patrimoniais e no resultados decorrentes da plena adoção das normas emitidas em 2010.

	Controladora 01/01/2009 a 31/03/2009		Controladora 01/04/2009 a 30/06/2009		Controladora 01/07/2009 a 30/09/2009	
	Pre-juízo líquido	Patrimônio líquido	Pre-juízo líquido	Patrimônio líquido	Pre-juízo líquido	Patrimônio líquido
Saldo antes dos efeitos das novas práticas contábeis.....	287	196.516	9.828	206.056	(10.757)	185.472
Reflexo da adoção dos novos pronunciamentos em controladas - equivalência patrimonial	(1.633)	56.112	(3.266)	54.479	(4.899)	52.847
Saldo após os efeitos das novas práticas contábeis.....	(1.346)	252.628	6.562	260.535	(15.656)	238.319

	Controladora 01/01/2010 a 31/03/2010		Controladora 01/04/2010 a 30/06/2010		Controladora 01/07/2010 a 30/09/2010	
	Pre-juízo líquido	Patrimônio líquido	Pre-juízo líquido	Patrimônio líquido	Pre-juízo líquido	Patrimônio líquido
Saldo antes dos efeitos das novas práticas contábeis.....	(4.991)	188.906	2.975	196.872	(17.837)	176.059
Reflexo da adoção dos novos pronunciamentos em controladas - equivalência patrimonial	(1.626)	49.588	(3.251)	47.961	(4.021)	47.193
Saldo após os efeitos das novas práticas contábeis.....	(6.617)	238.494	(276)	244.833	(21.858)	223.252

	Consolidado 01/01/2009 a 31/03/2009		Consolidado 01/04/2009 a 30/06/2009		Consolidado 01/07/2009 a 30/09/2009	
	Pre-juízo líquido	Patrimônio líquido	Pre-juízo líquido	Patrimônio líquido	Pre-juízo líquido	Patrimônio líquido
Saldo antes dos efeitos das novas práticas contábeis.....	287	196.516	9.828	206.056	(10.757)	185.472
Custo atribuído e revisão da estimativa de vida útil do ativo imobilizado	(1.919)	64.573	(3.839)	62.654	(5.758)	60.734
Baixa de ativo diferido	710	(8.528)	1.421	(7.818)	2.131	(7.107)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(424)	67	(848)	(357)	(1.272)	(780)
Saldo após os efeitos das novas práticas contábeis.....	(1.346)	252.628	6.562	260.535	(15.656)	238.319

	Consolidado 01/01/2010 a 31/03/2010		Consolidado 01/04/2010 a 30/06/2010		Consolidado 01/07/2010 a 30/09/2010	
	Pre-juízo líquido	Patrimônio líquido	Pre-juízo líquido	Patrimônio líquido	Pre-juízo líquido	Patrimônio líquido
Saldo antes dos efeitos das novas práticas contábeis.....	(4.991)	188.906	2.975	196.872	(17.837)	176.059
Custo atribuído e revisão da estimativa de vida útil do ativo imobilizado	(1.905)	56.910	(3.810)	55.005	(5.715)	53.100
Baixa de ativo diferido	708	(5.689)	1.416	(4.982)	2.123	(4.274)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(429)	(1.633)	(857)	(2.062)	(429)	(1.633)
Saldo após os efeitos das novas práticas contábeis.....	(6.617)	238.494	(276)	244.833	(21.858)	223.252

	Consolidado 01/01/2009 a 31/03/2009		Consolidado 01/04/2009 a 30/06/2009		Consolidado 01/07/2009 a 30/09/2009	
	Pre-juízo líquido	Patrimônio líquido	Pre-juízo líquido	Patrimônio líquido	Pre-juízo líquido	Patrimônio líquido
Saldo antes dos efeitos das novas práticas contábeis.....	287	196.516	9.828	206.056	(10.757)	185.472
Custo atribuído e revisão da estimativa de vida útil do ativo imobilizado	(1.919)	64.573	(3.839)	62.654	(5.758)	60.734
Baixa de ativo diferido	710	(8.528)	1.421	(7.818)	2.131	(7.107)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(424)	67	(848)	(357)	(1.272)	(780)
Saldo após os efeitos das novas práticas contábeis.....	(1.346)	252.628	6.562	260.535	(15.656)	238.319

	Consolidado 01/01/2010 a 31/03/2010		Consolidado 01/04/2010 a 30/06/2010		Consolidado 01/07/2010 a 30/09/2010	
	Pre-juízo líquido	Patrimônio líquido	Pre-juízo líquido	Patrimônio líquido	Pre-juízo líquido	Patrimônio líquido
Saldo antes dos efeitos das novas práticas contábeis.....	(4.991)	188.906	2.975	196.872	(17.837)	176.059
Custo atribuído e revisão da estimativa de vida útil do ativo imobilizado	(1.905)	56.910	(3.810)	55.005	(5.715)	53.100
Baixa de ativo diferido	708	(5.689)	1.416	(4.982)	2.123	(4.274)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(429)	(1.633)	(857)	(2.062)	(429)	(1.633)
Saldo após os efeitos das novas práticas contábeis.....	(6.617)	238.494	(276)	244.833	(21.858)	223.252

	Consolidado 01/01/2010 a 31/03/2010		Consolidado 01/04/2010 a 30/06/2010		Consolidado 01/07/2010 a 30/09/2010	
	Pre-juízo líquido	Patrimônio líquido	Pre-juízo líquido	Patrimônio líquido	Pre-juízo líquido	Patrimônio líquido
Saldo antes dos efeitos das novas práticas contábeis.....	(4.991)	188.906	2.975	196.872	(17.837)	176.059
Custo atribuído e revisão da estimativa de vida útil do ativo imobilizado	(1.905)	56.910	(3.810)	55.005	(5.715)	53.100
Baixa de ativo diferido	708	(5.689)	1.416	(4.982)	2.123	(4.274)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(429)	(1.633)	(857)	(2.062)	(429)	(1.633)
Saldo após os efeitos das novas práticas contábeis.....	(6.617)	238.494	(276)	244.833	(21.858)	223.252

	Consolidado 01/01/2010 a 31/03/2010		Consolidado 01/04/2010 a 30/06/2010		Consolidado 01/07/2010 a 30/09/2010	
	Pre-juízo líquido	Patrimônio líquido	Pre-juízo líquido	Patrimônio líquido	Pre-juízo líquido	Patrimônio líquido
Saldo antes dos efeitos das novas práticas contábeis.....	(4.991)	188.906	2.975	196.872	(17.837)	176.059
Custo atribuído e revisão da estimativa de vida útil do ativo imobilizado	(1.905)	56.910	(3.810)	55.005	(5.715)	53.100
Baixa de ativo diferido	708	(5.689)	1.416	(4.982)	2.123	(4.274)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(429)	(1.633)	(857)	(2.062)	(429)	(1.633)
Saldo após os efeitos das novas práticas contábeis.....	(6.617)	238.494	(276)	244.833	(21.858)	223.252

	Consolidado 01/01/2010 a 31/03/2010		Consolidado 01/04/2010 a 30/06/2010		Consolidado 01/07/2010 a 30/09/2010	
	Pre-juízo líquido	Patrimônio líquido	Pre-juízo líquido	Patrimônio líquido	Pre-juízo líquido	Patrimônio líquido
Saldo antes dos efeitos das novas práticas contábeis.....	(4.991)	188.906	2.975	196.872	(17.837)	176.059
Custo atribuído e revisão da estimativa de vida útil do ativo imobilizado	(1.905)	56.910	(3.810)	55.005	(5.715)	53.100
Baixa de ativo diferido	708	(5.689)	1.416	(4.982)	2.123	(4.274)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(429)	(1.633)	(857)	(2.062)	(429)	(1.633)
Saldo após os efeitos das novas práticas contábeis.....	(6.617)	238.494	(276)	244.833	(21.858)	223.252

	Consolidado 01/01/2010 a 31/03/2010		Consolidado 01/04/2010 a 30/06/2010		Consolidado 01/07/2010 a 30/09/2010	
	Pre-juízo líquido	Patrimônio líquido	Pre-juízo líquido	Patrimônio líquido	Pre-juízo líquido	Patrimônio líquido
Saldo antes dos efeitos das novas práticas contábeis.....	(4.991)	188.906	2.975	196.872	(17.837)	176.059
Custo atribuído e revisão da estimativa de vida útil do ativo imobilizado	(1.905)	56.910	(3.810)	55.005	(5.715)	53.100
Baixa de ativo diferido	708	(5.689)	1.416	(4.982)	2.123	(4.274)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(429)	(1.633)	(857)	(2.062)	(429)	(1.633)
Saldo após os efeitos das novas práticas contábeis.....	(6.617)	238.494	(276)	244.833	(21.858)	223.252

2.2. Base de consolidação
As subsidiárias são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam sendo consolidadas até a data que cessa tal controle. As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da M&G Poliéster S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2010, apresentadas abaixo:

	Participação no capital social total - %			
	31/12/2010		31/12/2009	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
M&G Polímeros Brasil S.A.	100,00	-	100,00	-
M&G Fibras e Resinas Ltda.	99,99	-	99,99	-
M&G Fibras Brasil S.A.	-	99,99	-	99,99
Tereftálicos Indústrias Químicas Ltda.	51,00	-	51,00	-

O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado soma, horizontalmente, os saldos das contas e na consolidação são eliminadas as participações da controladora nos patrimônios líquidos das controladas, bem como os saldos ativos e passivos, os resultados não realizados e os efeitos, na demonstração do resultado, de transações efetuadas entre essas empresas. A participação dos acionistas não controladores foi destacada nas demonstrações financeiras consolidadas.

3. Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor
Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2011.

A Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia no momento da aplicação inicial. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos novos pronunciamentos e interpretações, ainda não vigentes:

- IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis - Esclarece que uma entidade apresentará uma análise de outros resultados abrangentes para cada componente do patrimônio líquido, na demonstração das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas às demonstrações contábeis. Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2011. De forma retroativa. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Companhia ou da controladora.
- IFRS 7 Instrumentos Financeiros - Enfatiza a interação entre divulgações quantitativas e qualitativas sobre a natureza e a extensão dos riscos associados com os instrumentos financeiros. Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2011. Aplicado retroativamente. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Companhia ou da controladora.
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração - Utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A IFRS 9 exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas.
- IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo - Esta alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.
- IFRIC 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital - Foi emitida em novembro de 2009 e passa a vigorar para os exercícios que se iniciam em 1º de julho de 2010 ou posteriores, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade negocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. A Companhia não espera que a IFRIC 19 tenha impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas.
- IAS 24 Revisado, "Divulgações de Partes Relacionadas" Emitido em novembro de 2009. Substitui o IAS 24, "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em 2003. O IAS 24 (revisado) é obrigatório para períodos iniciando em ou após 1º de janeiro de 2011. Aplicação prévia, no todo ou em parte, é permitida, todavia não houve adoção antecipada dessa norma. Os efeitos dessa norma são de divulgação e não terão impactos nos números da Companhia.
- IAS 34 Apresentação de Relatórios Financeiros Intermediários - Oferece orientação para ilustrar como aplicar os princípios de divulgação no IAS 34 e acrescenta exigências de divulgação acerca de: a) circunstâncias que provavelmente afetarão os valores justos dos instrumentos financeiros e sua classificação; b) transferências de instrumentos financeiros entre níveis diferentes da hierarquia do valor justo; c) mudanças na classificação dos ativos financeiros; e d) mudanças nos passivos e ativos contingentes. Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2011. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento, porém não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Companhia ou da controladora.
- Melhorias para IFRS - O IASB emitiu melhorias para as normas e emendas de IFRS em maio de 2010 que serão efetivas a partir de 1º de janeiro de 2011. Abaixo elencamos as principais emendas que poderiam impactar a Companhia:
 - IFRS 3 - Combinação de negócios.
 - IFRS 7 - Divulgação de Instrumentos Financeiros.
 - IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras.

A companhia não espera que as mudanças tenham impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

4. Principais práticas contábeis
As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras foram as seguintes:

- a) Apresentação de informação por segmentos**
A Companhia apresenta informações por segmento operacional ou unidade de negócio, com base nas informações regularmente revistas pelo principal gestor de suas operações, para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho de acordo com o CPC 22 e IFRS 8. A Companhia adequou a sua estrutura de sistemas visando atender a referida norma de modo consistente.
- b) Conversão em moeda estrangeira**
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora e suas controladas. Transações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas para a moeda funcional e registradas pela taxa de câmbio vigente na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. São reconhecidos na demonstração do resultado, os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos em moeda estrangeira.
- c) Reconhecimento de receita**
A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, na extensão em que for provável que os benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variação no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado, sendo calculada com base método do juros efetivos.
- d) Custos dos produtos e/ou serviços vendidos**
A ociosidade registrada nos custos de bens e/ou serviços vendidos relacionados aos custos fixos de produção é definida com base na avaliação efetuada pelo departamento técnico, da quantidade produzida em relação à capacidade nominal de produção. O impacto da ociosidade anormal das plantas é reconhecido nos custos dos produtos e/ou serviços vendidos, sem transitar pela atribuição de custo aos estoques.
- e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos**
A Companhia calcula o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo e longo prazo, porém, somente é registrado se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.
- f) Caixa e equivalentes de caixa**
O caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento, e possuem vencimentos sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e não estão sujeitas praticamente a risco de mudança de valor.
- g) Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa**
Contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes decorrentes pela venda de produtos e serviços no decurso normal das atividades da Companhia e são registrados pelo valor líquido estimado realizável menos a provisão para perdas, quando necessária. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação acerca da situação específica de cada cliente e respectivas garantias oferecidas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as possíveis perdas na realização. O saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa é composto, substancialmente por valores em atraso acima de 120 dias.
- h) Estoques**
Os estoques são avaliados pelo método "PEPS" - primeiro a entrar, primeiro a sair. Esses custos são inferiores aos custos de reposição ou aos valores de realização, ajustados, quando aplicável, por provisão para perdas, exceto quanto às importações em andamento que são valorizadas ao custo acumulado individual. A provisão para perdas é baseada na análise dos estoques com relação à estimativa do valor de realização, tendo em conta os preços estimados, líquidos de impostos e gastos para vender, levando em consideração a idade e o estado físico desses estoques.
- i) Investimentos**
As participações societárias em controladas, nas demonstrações financeiras da controladora, são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, eliminando-se os lucros não realizados até as datas de encerramento dos balanços. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, se determina a necessidade de reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento.
- j) Outros investimentos**
Os outros investimentos, compostos basicamente por depósitos compulsórios e ações das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás estão apresentados ao custo de aquisição e deduzidos da provisão para perdas estimadas na realização.
- k) Imobilizado e intangível**
O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Companhia na adoção inicial dos novos pronunciamentos, descrita na nota explicativa nº 02, foram avaliados a valor justo todos os itens relevantes das classes de Edifícios e Benefícios, Instalações,

Máquinas e Equipamentos, Veículos, Móveis e Utensílios, Imobilizações em curso das M&G Fibras e Resinas Ltda. e Tereftálicos Indústria Química Ltda com base na adoção do custo atribuído. As depreciações de bens do imobilizado são calculadas pelo método linear às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 13, estimados com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terrenos, os quais não são depreciados. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, se necessário.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente na demonstração do resultado, quando incorridos.

O ativo intangível (licenças de uso de software) é registrado ao custo e amortizado a 20% ao ano e deduzidas das perdas do valor recuperável, se aplicável. O período de amortização e o método de amortização para os ativos intangíveis de vida definida são revistos no mínimo ao final de cada exercício financeiro.

Um item de imobilizado ou intangível é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são registrados como outras receitas (despesas) operacionais na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado.

l) Provisão para recuperação dos ativos de vida longa
A Companhia revisa o valor da recuperação dos ativos não circulantes ativo imobilizado e intangível, anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas indicarem deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso existam evidências de que o valor do ativo não será recuperado, a Companhia com base em análises e evidências estima o valor recuperável do ativo, que é determinado como sendo o maior valor entre (a) valor justo de um ativo ou da unidade geradora de caixa (CGU), menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. O valor em uso é determinado pelo valor presente esperado nos fluxos de caixa futuros do ativo. Na estimativa do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações de mercado e riscos específicos inerentes ao ativo. Caso seja necessário é constituído uma provisão para perda por "impairment".

Até o presente momento os ativos imobilizado e intangível não necessitam de provisão para perdas.

m) Outros ativos circulante e não circulante
Os demais ativos são apresentados pelo seu valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos, e são reconhecidos apenas quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. São classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

n) Obrigações legais vinculadas a processos judiciais
Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

6. Contas a receber

	31/12/2010	Consolidado 31/12/2009 (reapresentado)	01/01/2009 (reapresentado)
Circulante:			
Cientes no país	220.566	165.483	261.750
Cientes no exterior	52.843	44.414	13.189
	273.409	209.897	274.939
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.906)	(1.677)	(934)
	265.503	208.220	274.005
Não circulante:			
Cientes no país	-	9.096	-
O resumo do saldo por idade das contas a receber de clientes no país e no exterior, circulante e não circulante, é o seguinte:			

	31/12/2010	Consolidado 31/12/2009 (reapresentado)	01/01/2009 (reapresentado)
Contas vindencas:			
Até 30 dias	146.856	79.928	117.834
De 31 a 60 dias	60.917	72.712	46.343
De 61 a 90 dias	35.788	31.528	40.930
De 91 a 120 dias	563	1.820	8.947
	244.124	185.988	214.054
Contas vencidas:			
Até 30 dias	10.414	12.976	37.926
De 31 a 60 dias	2.198	1.046	5.994
De 61 a 90 dias	927	874	3.619
De 91 a 120 dias	-	5.455	318
Acima de 120 dias	7.840	10.977	12.094
	21.379	31.328	59.951
	265.503	217.316	274.005

Foi constituída uma provisão adicional de R\$7.346 para perda para as contas a receber vencidas há mais de 120 dias devido ao andamento das negociações com cliente.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	31/12/2010	Consolidado 31/12/2009 (reapresentado)	01/01/2009 (reapresentado)
Saldo inicial	(1.677)	(934)	(786)
Adições	(7.351)	(1.107)	(148)
Baixas	1.122	364	-
Saldo final	(7.906)	(1.677)	(934)

7. Estoques

	31/12/2010	Consolidado 31/12/2009 (reapresentado)	01/01/2009 (reapresentado)
Produtos acabados	74.253	109.903	124.432
Produtos em elaboração	10.271	13.346	28.144
Matérias - primas	75.124	57.525	73.435
Materiais de embalagem	3.117	3.000	3.255
Materiais de manutenção	18.447	15.699	12.605
Importações em andamento	84.538	25.578	47.419
	265.750	225.051	289.290
Provisão para perdas	(3.777)	(6.230)	(5.819)
	261.973	218.821	283.471

A movimentação da provisão para realização dos estoques está demonstrada a seguir:

	31/12/2010	Consolidado 31/12/2009 (reapresentado)	01/01/2009 (reapresentado)
Saldo Inicial	(6.230)	(5.819)	(3.564)
Adições	(1.651)	(4.380)	(4.300)
Baixas	4.104	3.969	2.045
Saldo final	(3.777)	(6.230)	(5.819)

8. Impostos a recuperar

	31/12/2010	Consolidado 31/12/2009 (reapresentado)	01/01/2009 (reapresentado)
Circulante:			
ICMS a recuperar	6.855	7.972	6.506
PIS e COFINS a recuperar	15.767	21.672	31.519
IPI a recuperar	450	880	280
IRPJ e CSLL a recuperar	5.646	2.130	381
	28.718	32.654	38.686
Não circulante:			
ICMS a recuperar	12.392	76.209	79.281
ICMS a recuperar - provisão	(2.848)	(38.055)	(15.523)
IRPJ e CSLL a recuperar	25.173	25.756	30.103
IPI a recuperar	2.326	2.326	2.897
PIS e COFINS a recuperar	6.006	14.964	8.676
	43.049	81.200	105.434

A controlada M&G Fibras e Resinas Ltda., em 29 de julho de 2010, protocolou junto à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais pedido de adesão ao Programa de Parcelamento Especial de Crédito Tributário (PPE II), instituído pelo Decreto Estadual 45.358/10, relativo à ICMS, que resultou em pagamento à vista de R\$15.624, devendo esse valor ser reembolsado pela ex-controladora Rhodia Brasil Ltda., conforme divulgado na nota explicativa nº 9.

Em função da referida adesão, a Companhia efetuou baixa de créditos tributários relativos à ICMS líquido de provisão no montante de R\$28.674. Após a referida baixa, o saldo de ICMS a recuperar da controlada M&G Fibras e Resinas Ltda. é de R\$5.840 em 31 de dezembro de 2010.

O crédito de PIS e COFINS a recuperar é decorrente das vendas para a Zona Franca de Manaus e exportações de resina PET produzida em Pernambuco pela M&G Polímeros Brasil S.A.. Essas vendas não são tributadas por essas contribuições e, portanto, ocorre a geração de crédito deste imposto. A Companhia tem compensado o saldo credor de PIS e COFINS com débito de IPI, que, de acordo com a legislação, permite esta compensação ao final de cada trimestre. Os valores de longo prazo referem-se às parcelas remanescentes sobre o crédito de ativo imobilizado que por enquanto não podem ser utilizados para compensação com débito de IPI.

O crédito de IRPJ e CSLL a recuperar é decorrente de antecipações e retenções na fonte, e estão sendo compensados com tributos federais. Além das compensações, os créditos poderão ser recuperados através de pedidos de ressarcimento à Secretaria da Receita Federal.

9. Créditos a receber

	31/12/2010	Consolidado 31/12/2009 (reapresentado)	01/01/2009 (reapresentado)
Circulante			
Créditos a receber	21.024	4.720	-
Não circulante			
Créditos a receber	103.270	101.481	106.111
	124.294	106.201	106.111

Referem-se ao valor a ser reembolsado pela ex-controladora Rhodia Brasil Ltda., e tem como origem o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI não recolhido pela controlada M&G Fibras e Resinas Ltda. (antiga Rhodia-ster Fibras e Resinas Ltda.), decorrente do aproveitamento do crédito presumido de IPI sobre aquisição de materiais tributados à alíquota zero até 30 de setembro de 2003, no valor de R\$109.345. O valor de R\$14.949 refere-se principalmente ao ICMS pago pela M&G Fibras e Resinas Ltda. a partir da adesão ao Programa de Parcelamento Especial de Crédito Tributário (PPE II).

O recebimento do crédito referente ao Imposto sobre Produtos Industrializados será efetuado nas mesmas condições definidas pela Companhia para o pagamento parcelado do IPI conforme mencionado na nota explicativa nº 15.

13. Imobilizado e intangível

	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Instalações, Máquinas e Equipamentos	Instalações, Máquinas e Equipamentos (Suape. PE)	Veículos	Móveis e utensílios	Imobilizações em curso e adiantamento a fornecedores	Total
Imobilizado								
Custo do imobilizado bruto								
Saldo em 1º de janeiro de 2009	7.749	111.873	155.937	483.483	3.071	8.548	4.544	775.205
Adições	-	8	-	1.251	368	373	14.095	16.095
Alienação	-	-	(65)	-	(1.069)	(167)	(12)	(1.313)
Transferências	-	88	1.093	6.972	288	36	(6.698)	1.779
Saldo em 31 de dezembro de 2009	7.749	111.969	156.965	491.706	2.658	8.790	11.929	791.766
Adições	-	221	18	1.228	52	73	9.238	10.830
Alienações	-	(119)	(182)	-	(443)	(8)	(315)	(1.067)
Transferências	-	1.474	1.280	7.588	-	86	(12.935)	(2.507)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	7.749	113.545	158.081	500.522	2.267	8.941	7.917	799.022
Depreciação acumulada								
Saldo em 1º de janeiro de 2009	-	(9.005)	(49.697)	(37.550)	(1.464)	(5.464)	-	(103.180)
Adições	-	(224)	(22.125)	(22.163)	(200)	(778)	-	(45.490)
Alienação	-	-	27	-	551	169	-	747
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2009	-	(9.229)	(71.795)	(59.713)	(1.113)	(6.073)	-	(147.923)
Adições	-	(3.994)	(13.050)	(22.345)	(334)	(703)	-	(40.426)
Alienações	-	7	59	-	312	6	-	384
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	(13.216)	(84.786)	(82.058)	(1.135)	(6.770)	-	(187.965)
Imobilizado líquido								
Saldo em 1º de janeiro de 2009	7.749	102.868	106.240	445.933	1.607	3.084	4.544	672.025
Saldo em 31 de dezembro de 2009	7.749	102.740	85.170	431.993	1.545	2.717	11.929	643.843
Saldo em 31 de dezembro de 2010	7.749	100.329	73.295	418.464	1.132	2.171	7.917	611.057

	Licenças de uso de software	Consultoria e projetos	Linha de transmissão de energia elétrica	Outros	Total
Intangível					
Custo do intangível bruto					
Saldo em 1º de janeiro de 2009	10.404	16.919	8.059	11.156	46.538
Adições	1.416	2	-	-	1.418
Alienação	-	-	-	-	-
Transferências	(1.779)	-	-	-	(1.779)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	10.041	16.921	8.059	11.156	46.177
Adições	11.633	-	-	-	11.633
Alienações	-	-	-	-	-
Transferências	2.507	-	-	-	2.507
Saldo em 31 de dezembro de 2010	24.181	16.921	8.059	11.156	60.317
Amortização acumulada					
Saldo em 1º de janeiro de 2009	(8.168)	(14.726)	(2.820)	(4.648)	(30.362)
Adições	(456)	(2.193)	(1.612)	(2.790)	(7.051)
Alienação	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2009	(8.624)	(16.919)	(4.432)	(7.438)	(37.413)
Adições	(4.527)	(1)	(1.612)	(2.789)	(8.929)
Alienações	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(13.151)	(16.920)	(6.044)	(10.227)	(46.342)
Intangível líquido					
Saldo em 1º de janeiro de 2009	2.236	2.193	5.239	6.508	16.176
Saldo em 31 de dezembro de 2009	1.417	2	3.627	3.718	8.764
Saldo em 31 de dezembro de 2010	11.030	1	2.015	929	13.975

10. Aplicações financeiras

O saldo de aplicações financeiras classificado no ativo não circulante são mantidas até o vencimento, no montante de R\$48.447 (R\$43.523 em 31 de dezembro de 2009 e R\$40.000 em 1º de janeiro de 2009) e compreendem investimentos da controlada M&G Polímeros Brasil S.A. referente às aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário - CDBs com remuneração entre 99% e 102% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. No momento inicial da contratação dessas aplicações financeiras foi determinada sua manutenção até a data de vencimento das mesmas, sendo desta forma mensuradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais. O montante está contratualmente vinculado aos financiamentos de longo prazo tomados junto ao BNDES, bancos comerciais repassadores e BNB, não podendo ser resgatado, exceto pelas condições incluídas neste contrato de financiamento de longo prazo.

11. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição de impostos diferidos

	M&G Fibras e Resinas Ltda.	Tereftálicos Indústrias Químicas Ltda.	M&G Poliéster S.A.	M&G Fibras Brasil S.A.	M&G Polímeros Brasil S.A.	Total 31/12/2010 (reapresentado)	Total 31/12/2009 (reapresentado)	Total 01/01/2009 (reapresentado)
Ativo								
Imposto de renda e contribuição social diferidos:								
Sobre prejuízos fiscais e base negativa	47.654	10.603	3.279	1.358	28.710	91.604	67.233	46.377
Sobre diferenças temporárias	7.581	2.484	327	811	3.650	14.853	29.270	48.356
Sobre variação cambial	-	-	-	-	-	-	-	19.989
Imposto diferido	55.235	13.087	3.606	2.169	32.360	106.457	96.503	114.722
Provisão para ajuste ao valor recuperável	(36.246)	(13.087)	(3.606)	-	-	(52.939)	(32.700)	(27.365)
Impostos diferidos - ativo	18.989	-	-	2.169	32.360	53.518	63.803	87.357

Passivo
Imposto de renda e contribuição social diferidos:
Sobre variação cambial

Os créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos mantidos pela controlada M&G Fibras e Resinas Ltda. serão utilizados para liquidação dos valores correspondentes a multa e juros, dos débitos decorrentes do aproveitamento de créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI oriundo, principalmente, da aquisição de matérias-primas com incidência de alíquota zero ou não-tributadas, de acordo com as permissões previstas na Lei nº 11.941, de 27.05.2009, regulamentada pelo PGFN/RFB nº 6 de 22.07.2009, demonstradas na nota explicativa nº 15.

Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009:

	31/12/2010	Controladora 31/12/2009 reapresentado	Consolidado 31/12/2010 reapresentado	Consolidado 31/12/2009 reapresentado
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(3.593)	(8.839)	6.214	(8.292)
Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	1.222	3.005	(2.113)	2.819
Créditos tributários não registrados sobre prejuízos fiscais e base negativa de diferenças temporárias	(498)	(89)	(20.239)	(5.335)
Efeitos dos impostos sobre diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	(678)	(2.835)	-	-
Adições (exclusões) permanentes	(46)	80	(1.535)	273
Benefício incentivos fiscais	-	-	8.884	-
Outros	-	(185)	977	(963)
Despesa com imposto de renda e contribuição diferidos	-	-	(7.908)	(3.206)
Despesa de imposto de renda e contribuição correntes	-	(24)	(6.118)	30

12. Investimentos

a) Participação da Companhia em controladas:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2010:

	Patrimônio líquido ajustado	Lucro (Prejuízo) Líquido ajustado	Participação Direta	Equivalência patrimonial	Saldos dos investimentos 31/12/2010
Controladas:					
Tereftálicos Indústrias Químicas Ltda.	36.590	(8.610)	51,00	(4.391)	

14. Empréstimos e financiamentos

	Taxa anual de juros - %	Consolidado					
		31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
		Circulante	Não circulante	Circulante (reapresentado)	Não circulante (reapresentado)	Circulante (reapresentado)	Não circulante (reapresentado)
Em moeda estrangeira:							
Com terceiros:							
Cédula de Crédito Bancário (US\$).....	6 a 8	-	-	6.875	-	48.388	-
Financiamento a Importação (US\$).....	5	9.395	-	-	-	-	-
Financiamento BNDES (US\$).....	6 a 11	2.243	19.783	2.352	22.942	2.803	33.969
		11.638	19.783	9.227	22.942	51.191	33.969
Em moeda nacional:							
Com terceiros:							
Notas de Crédito de Exportações.....	7 a 13	127.354	11.423	101.039	-	15.168	-
Nota de Crédito Industrial.....	120%CDI	-	-	-	-	-	-
	a 125%CDI	43.846	-	60.081	-	55.092	-
Capital de Giro.....	120%CDI	-	-	-	-	-	-
	a 122%CDI	5.000	-	15.281	-	4.941	-
Cédula de Crédito Bancário.....	120%CDI	-	-	-	-	-	-
	a 125%CDI	-	-	8.296	-	11.613	-
Financiamento BNDES.....	8 a 10	26.342	230.274	26.441	255.625	23.461	281.567
Financiamento BNB.....	8,5 a 10	8.924	79.889	8.932	88.689	7.884	97.828
		211.466	321.586	220.070	344.314	118.159	379.395
		223.104	341.369	229.297	367.256	169.350	413.364
Com partes relacionadas (US\$).....	5 a 6	-	-	-	-	8.712	-

As Notas de Crédito de Exportações são denominadas em moeda local e envolvem compromissos de exportação no futuro. Os financiamentos tomados pela controlada M&G Polímeros Brasil S.A. com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, os bancos repassadores de recursos do BNDES e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB têm sido pagos mensalmente desde maio de 2008 e incluem vencimentos mensais até abril de 2018. Esses contratos de financiamento incluem diversas obrigações e compromissos à M&G Polímeros Brasil S.A. O contrato de financiamento tomado pela controlada M&G Polímeros Brasil S.A. com os bancos repassadores de recursos do BNDES incluem a manutenção do índice de cobertura da dívida sem caixa acumulado ("ICSD") de, no mínimo, 1,15 (um inteiro e quinze décimos) vezes nos 3 primeiros anos de amortização, a partir do exercício de 2008 e de, no mínimo, 1,30 (um inteiro e trinta décimos) vezes nos anos remanescentes dos referidos contratos de financiamentos.

A Companhia cumpriu adequadamente as cláusulas contratuais e compromissos que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2010. Como garantia desses financiamentos, a Companhia empenhou a totalidade de suas ações da controlada M&G Polímeros Brasil S.A. Essa controlada empenhou a totalidade dos ativos e da geração de direitos creditórios nas operações, bem como cedeu fiduciariamente direitos decorrentes de contratos por ela celebrados. A Companhia cumpriu adequadamente as cláusulas contratuais e compromissos que estavam em vigor até 31 de dezembro de 2010. A composição das parcelas de longo prazo, por ano de vencimento, é a seguinte:

Ano	Valor
2012.....	53.763
2013.....	51.466
2014.....	54.494
2015.....	54.494
2016.....	54.494
A partir de 2017.....	72.658
	341.369

Segue abaixo a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Saldo em 01 de janeiro de 2009..... (582.714)

Captações..... (304.947)

Pagamentos..... 272.107

Varição Cambial..... 19.001

Saldo em 31 de dezembro de 2009..... (596.553)

Captações..... (285.677)

Pagamentos..... 316.293

Varição Cambial..... 1.464

Saldo em 31 de dezembro de 2010..... (564.473)

A Administração da Companhia entende que as operações comerciais e de empréstimos realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

15. Impostos e contribuições

	31/12/2010	Consolidado 31/12/2009 (reapresentado)	01/01/2009 (reapresentado)
Circulante:			
ICMS a Recolher.....	3.380	276	1.729
ISS a Recolher.....	828	587	5.298
IPI a Recolher.....	5.339	3.905	3.847
IPI a Recolher - alíquota zero.....	15.620	18.989	-
IRPJ a Recolher.....	6.118	-	2.497
Outros.....	2.253	804	95
	33.538	24.561	13.466
Não circulante:			
Programa de Parcelamento.....	265.877	247.257	275.886
	265.877	247.257	275.886

Os saldos dos impostos e contribuições no passivo não circulante referem-se ao imposto sobre Produtos Industrializados - IPI não recolhido pela controlada M&G Fibras e Resinas Ltda., decorrente do aproveitamento do crédito presumido de IPI sobre aquisição de materiais tributados à alíquota zero.

Em 30 de novembro de 2009, a controlada M&G Fibras e Resinas Ltda., aderiu aos Programas de Recuperação Fiscal instituídos pela Lei nº 11.941/09 e pela Medida Provisória nº 470/09, visando regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. A decisão da Administração levou em consideração matérias julgadas pelos tribunais superiores, bem como a avaliação de seus consultores externos quanto à possibilidade de êxito nos casos em andamento. O valor de débitos após aplicação das reduções relativas ao programa fiscal da Lei nº 11.941/09 será consolidado pelas autoridades competentes até 31 de maio de 2011. A Companhia está considerando, provisoriamente, como premissa mais prudente o parcelamento em 180 parcelas mensais a partir desta consolidação. Conforme descrito na nota explicativa nº 9, parte dos débitos federais acima será reembolsado pelo ex-controlador da Companhia Rhodia Brasil Ltda.

16. Provisão para obrigações diversas

	31/12/2010	Consolidado 31/12/2009 (reapresentado)	01/01/2009 (reapresentado)
Provisão para frete.....	1.519	365	5.167
Provisão para matéria-prima acessória.....	-	-	168
Provisão para "demurrage".....	792	648	1.810
Provisão para queima de resíduo.....	72	333	-
Provisão para despesas de logística.....	551	-	-
Outras obrigações.....	360	363	2.558
	3.294	1.709	9.703

17. Provisão para obrigações trabalhistas

	31/12/2010	Consolidado 31/12/2009 (reapresentado)	01/01/2009 (reapresentado)
Provisão para férias e encargos.....	8.530	7.965	8.138
Provisão para participações no resultado.....	3.193	3.769	3.111
Encargos sobre salários.....	1.212	1.043	1.547
	12.935	12.777	12.796

18. Obrigações legais vinculadas a processos judiciais

As controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, tributários e cíveis, que se encontram em instâncias diversas. A provisão é determinada por valores atualizados monetariamente para os casos estimados como perda provável, estabelecidos pelos consultores jurídicos em parceria com a Administração, e pode ser assim demonstrada:

	Saldo 01/01/2009 (reapresentado)	Adições	Baixas	Encargos	Saldo 31/12/2009 (reapresentado)	Adições	Baixas	Encargos	Saldo 31/12/2010
Tributárias.....	2.070	920	(2.033)	40	997	300	-	208	1.505
Cíveis.....	1.052	104	(23)	34	1.167	-	50	-	1.217
Trabalhistas.....	2.313	176	(413)	25	2.101	1.276	(1.639)	167	1.905
	5.435	1.200	(2.469)	99	4.265	1.576	(1.639)	425	4.627

De acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, existem também outras obrigações legais vinculadas a processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária cujo desfecho é considerado possível, no valor de aproximadamente R\$4 milhões, que de acordo com as práticas contábeis não é requerida a provisão.

A provisão para ações trabalhistas consiste, principalmente, de reclamações de empregados vinculadas a verbas decorrentes da relação de emprego e foi constituída considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável.

19. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas de operações comerciais e de empréstimos são realizadas em condições usuais de mercado e são demonstradas a seguir:

	31/12/2010		31/12/2009 reapresentado		31/12/2009		31/12/2010	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Na controladora:								
M&G Resinas e Participações Ltda. (a).....	387	-	22	73	-	-	-	-
M&G Fibras e Resinas Ltda. (a).....	-	1.977	(115)	1	-	98	-	-
	387	1.977	(93)	74	-	98	-	98
No consolidado:								
Circulante:								
Mossi & Ghisolfi International S.A. (b,g,c).....	-	290.028	(754.262)	853	196.960	(689.390)	-	-
M&G Finanziaria S.r.l. (d,h).....	6	13.294	(7.932)	6	13.567	(2.979)	-	-
M&G Resinas e Participações Ltda. (f).....	387	-	22	73	-	-	-	-
M&G Polímeros México.....	-	-	-	-	25	(8)	-	-
Chemtex Itália (f).....	2.231	240	(279)	506	497	102	-	-
Chemtex Global (antiga M&G Packaging S.A.L) (e)....	1.730	-	(78)	1.753	-	(218)	-	-
	4.354	303.562	(762.529)	3.191	211.049	(692.493)	-	(396)
Não circulante:								
Cobarr S.p.A.....	-	-	7	198	-	(58)	-	-
Chemtex Itália.....	524	-	(66)	590	-	(132)	-	-
Mossi & Ghisolfi International S.A. (c).....	-	-	-	-	62.449	-	-	-
M&G Finanziaria S.r.l. (h).....	602	7.255	359	653	-	(206)	-	-
	1.126	7.255	300	1.441	62.449	(396)	-	(96)

(a) Refere-se a transferências de natureza financeira e com incidência de encargos financeiros.
 (b) A controlada M&G Polímeros Brasil S.A. firmou com a Mossi & Ghisolfi International S.A. ("MGI" acionista controladora indireta) contrato de compra e venda de resina PET pelo qual a MGI tem o compromisso de adquirir até 100% da produção não vendida da nova planta de Suape - PE, sob determinadas condições, a serem verificadas anualmente. Por conta desse compromisso, a MGI é remunerada à razão de aproximadamente 2% das vendas da controlada a terceiros, cujo o saldo a pagar em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 84.078 (R\$57.841 em 2009). Esta remuneração foi classificada na demonstração do resultado como "despesa comercial". No exercício findo em 31 de dezembro de 2010 não ocorreram vendas de resina PET àquela parte relacionada por conta deste compromisso. Este contrato é parte integrante do conjunto de contratos vinculados ao financiamento de longo prazo obtido junto a instituições financeiras locais.
 (c) As controladas M&G Polímeros Brasil S.A. e M&G Fibras Brasil S.A. têm comprado matéria-prima da controladora MGI a preços internacionais. A controlada M&G Polímeros Brasil S.A. firmou com a MGI contrato de fornecimento de matéria prima (PTA) pelo qual a empresa estrangeira se obriga a fornecer até 31.700 toneladas métricas por mês de matéria prima, sob determinadas condições. Esse contrato ficará em vigor enquanto estiverem vigentes os contratos de financiamento de longo prazo firmados com o BNDES, bancos repassadores de recursos do BNDES e BNB - Banco do Nordeste do Brasil, conforme descrito na nota explicativa nº 14. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2010 por conta dessas aquisições, denominado em dólar norte americano, é R\$205.950 (R\$139.119 e 62.449 em 2009, classificados no passivo circulante e passivo não circulante, respectivamente). As compras totais de matéria-prima daquela parte relacionada totalizaram R\$808.501 durante o exercício de 2010 (R\$700.882 em 2009).
 (d) A partir de 1º de janeiro de 2007, a Companhia passou a apropriar custos por direitos de exploração pela utilização da marca M&G a favor da M&G Finanziaria S.r.l. O cálculo é feito à razão de 0,4% sobre a receita líquida das vendas de produtos para terceiros, conforme contrato averbado no Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, com vencimento em Dezembro de 2018. Estes custos foram classificados entre as "despesas administrativas" no resultado.
 (e) Refere-se a gastos com manutenção sem vencimento predeterminado.
 (f) Transferências de despesas diversas entre empresas do Grupo sem vencimento predeterminado.
 (g) As contas a receber da MGI referem-se a crédito indenização por perdas no processo produtivo decorrente do fornecimento da matéria-prima fora de especificação.
 (h) Refere-se a gastos com a implementação do sistema operacional SAP a serem pagos em 24 parcelas trimestrais com o termino em outubro de 2015.
 Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, as controladas da Companhia efetuaram transações (líquidas de impostos) entre si, no montante de R\$12.913 (R\$21.238 em 2009), referentes à prestação de serviços de beneficiamento de matéria-prima e vendas de mercadorias. Em março de 2009, a MGI concedeu repactuação de prazos de pagamento por fornecimento de PTA às controladas M&G Fibras e Resinas Ltda. e M&G Fibras Brasil S.A. classificados no passivo não circulantes, pagos durante o exercício de 2010.
 Em 2009, a M&G Polímeros Brasil S.A. efetuou vendas de produto acabado para as partes relacionadas M&G Polímeros México S.A. de C.V. e M&G Polymers USA LLC, no total de R\$32.213 e R\$5.488, respectivamente. No exercício de 2010 não ocorreram vendas para as partes relacionadas.
 O valor dos salários incluindo os benefícios dos administradores empregados da Companhia pagos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram de R\$2.311 (R\$2.385 em 2009).

20. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social autorizado é R\$652.000 e o integralizado R\$523.308, representado por 8.024.960 mil ações ordinárias nominativas, tendo como principal acionista a M&G Resinas Participações Ltda. (anteriormente denominada MGlobal Participações Ltda.)

	Ações ordinárias (Em milhares)	Quantidade de ações %
M&G Resinas Participações Ltda.....	6.008.878	74,88
Mossi & Ghisolfi International S.A.....	1.783.163	22,22
Demais acionistas.....	232.919	2,90
	8.024.960	100,00

O controlador final da M&G Resinas Participações Ltda. é a Mossi & Ghisolfi International S.A. que, por sua vez, é controlada pela M&G Finanziaria S.r.l. com sede em Milão.
 O dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, ajustado conforme a legislação societária.
 O estatuto prevê que a Companhia poderá levantar balanços intermediários e que a diretoria poderá deliberar dividendos intermediários à conta de lucros apurados naqueles balanços.

Reserva de capital

O saldo de reserva de capital no valor de R\$72.246 é constituído pela emissão de 91.541.023 ações adquiridas através da incorporação da controlada M&G Polímeros Brasil S.A. ocorrido em julho de 2007.

Resultado por ação

Segue abaixo os dados do resultado líquido e diluído por ação:

	31/12/2010	31/12/2009 (reapresentado)
Prejuízo líquido do exercício atribuído à participação dos acionistas da controladora.....	(3.593)	(8.863)
Média ponderada das ações emitidas (em milhões).....	8.025	8.025
Prejuízo básico e diluído por ação em reais.....	(0,45)	(1,10)

21. Informações por segmentos

A Companhia está organizada em três principais unidades de negócios:

- Resinas PET que é comercializada para a fabricação de embalagens;
- Fibras sintéticas de poliéster de aplicações têxtil que são comercializadas para a fabricação de tecidos e outros produtos da linha têxtil;
- Outros segmentos são compostos por comercialização de polímeros de poliéster reciclados e por prestação de serviços relacionados a todas as atividades mencionadas.

A administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para tomadas de decisões e avaliação do desempenho da Companhia. As informações por segmento dessas unidades estão apresentadas a seguir:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2010:

	2010			
	Resinas PET	Fibras	Outros Segmentos	Ajustes e eliminações Consolidado
Receita operacional líquida				
Clientes externos.....	1.322.664	305.162	12.386	-
Intersegmento.....	302	304	12.307	(12.913)
Total de receita operacional líquida.....	1.322.966	305.466	24.693	(12.913)
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados.....	(1.015.039)	(265.582)	(24.499)	(1.292.207)
Lucro bruto.....	307.927	39.884	194	-
(Despesas) receitas operacionais				
Com vendas.....	(77.006)	(4.037)	(605)	-
Administrativas e gerais.....	(80.150)	(16.364)	(8.951)	-
Receitas Financeiras Líquidas.....	(57.964)	(3.541)	(9.457)	-
Depreciação e Amortização.....	(32.805)	(8.139)	(8.416)	-
Outras receitas (despesas operacionais).....	925	(36)	(35.245)	-
Participação nos lucros das controladas.....	-	-	2.549	(2.549)
Lucro antes de imposto de renda, contribuição social e participação de acionistas não controladores.....	60.927	7.767	(59.931)	(2.549)
Despesa de imposto de renda e contribuição social.....	(16.344)	(3.222)	5.540	(14.026)
Participação de acionistas não controladores.....	-	-	4.219	4.219
Lucro (Prejuízo) líquido.....	44.583	4.545	(50.172)	(2.549)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado):

	2009			
	Resinas PET	Fibras	Outros Segmentos	Ajustes e eliminações Consolidado
Receita operacional líquida				
Clientes externos.....	963.883	243.719	44.345	-
Intersegmento.....	11.804	1.534	7.899	(21.238)
Total de receita operacional líquida.....	975.687	245.253	52.244	(21.238)
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados.....	(793.790)	(237.276)	(52.115)	21.238
Lucro bruto.....				

M&G Poliéster S.A. e Controladas

C.N.P.J. nº 56.806.656/0001-50 - Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido as variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de curto prazo do Grupo sujeitas a taxas de juros variáveis (CDI). Em 31 de dezembro de 2010 aproximadamente 9% dos empréstimos tomados pelo Grupo estavam sujeitos a taxa de juros variáveis.

Riscos de crédito

Com relação a riscos de crédito, a Companhia tem políticas específicas com relação a transações com instituições financeiras e clientes. Há políticas quanto ao tipo e porte de instituições financeiras com as quais a Companhia faz negócios e quanto ao tipo de transações que podem ser realizadas. Além de procedimentos de verificação de capacidade de crédito, não há clientes que tenham saldos muito representativos individualmente, embora haja alguns poucos casos de clientes cujas compras representem pouco mais de 15% das vendas. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia tem feito avaliação individual de seus clientes e nos casos em que julga um risco maior tem obtido garantias.

Riscos de liquidez

A política de gestão do endividamento da Companhia prevê a utilização de linhas de créditos para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazos. Os cronogramas das parcelas de longo prazo dos empréstimos são apresentados na nota explicativa nº 14. Para minimizar os riscos de custo financeiro de projetos de longa maturação, a Companhia utiliza derivativos específicos dentre os disponíveis no mercado. Nesses casos, os instrumentos contratados totalizam não mais que 17% da totalidade das dívidas.

Riscos de moeda

A Companhia tem gerenciado o risco de exposição a variações cambiais no sentido de preservar seus fluxos de caixa. Assim, dependendo do cenário, utiliza-se ou não de instrumentos financeiros derivativos. Os negócios trazem a possibilidade de repasse aos preços das oscilações de preço e da moeda local, na extensão dos custos importados, minimizando desta forma os impactos em suas operações.

A exposição líquida ao risco de taxa de câmbio por ativos e passivos em moeda estrangeira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi um passivo de R\$198.957 (R\$163.796 em 2009), como segue:

	Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009 (reapresentado)
Contas a receber de clientes.....	207.115	179.346
Fornecedores	(68.926)	(42.034)
Empréstimos e financiamentos	(31.421)	(32.169)
Transações com partes relacionadas.....	(305.726)	(268.939)
Passivo líquido exposto à variação cambial.....	(198.958)	(163.796)

A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis no mercado para as datas de balanço e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Os principais ativos e passivos representativos de instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2010, como registrados nos balanços patrimoniais naquela data, têm seus valores contábeis próximo aos respectivos valores justos.

	01/01/2009		31/12/2009		31/12/2010	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e Equivalentes.....	35.100	35.100	34.487	34.487	32.319	32.319
Aplicações Financeiras.....	45.954	45.954	98.326	98.326	131.350	131.350
Empréstimos.....	(582.714)	(582.714)	(596.553)	(596.553)	(564.473)	(564.473)
Contas a pagar.....	(498.381)	(498.381)	(298.059)	(298.059)	(425.738)	(425.738)
Contas a receber.....	274.005	274.005	217.316	217.316	265.503	265.503

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações e para manter uma adequada estrutura de capital.

A Companhia utiliza capital de terceiros para financiar parte do seu capital circulante bem como para realizar parte de investimentos de longo prazo.

A política de distribuição de dividendos é também parte relevante da estratégia de gestão de capital não tendo a Companhia, nos últimos anos, distribuído seus excedentes de caixa aos seus acionistas devido aos prejuízos acumulados.

Hierarquia de valor justo

De acordo com a hierarquia de valor justo, definida no CPC 40 de valor justo os instrumentos financeiros da Companhia se enquadram no nível 1.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA		CONTADOR	
Lorenzo Montagna Presidente	Marco Toselli Vice-Presidente	José Veiga Veiga Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores		José Francisco Lubianchi CRC - 1SP 148172/O-2	
Andrea Maria Caperoni Vice-Presidente	José Veiga Veiga Conselheiro	João Luis de Freitas Teixeira Diretor	Lineu Jorge Frayha Diretor		

PARECER DO CONSELHO FISCAL

DATA: 23 DE MARÇO DE 2011

LOCAL E HORA: Avenida das Nações Unidas, 12.551 - 8º. Andar - parte - São Paulo/SP, no dia 15 de março às 08:30hrs., 21 de março às 16:00 e em 23 de março às 13:00 hrs.

CONVOCAÇÃO: Por correspondência eletrônica datada de 03 de março de 2011, enviada pelo Presidente do CF.

Em quinze de março de dois mil e onze, às 08:30, em atendimento a convocação do Presidente do Conselho Fiscal Jorge Michel Lepeltier, com fundamento no art. 163, VI, da Lei 6.404/76 (Lei da S.A.), os membros do Conselho Fiscal, na sede social da M&G Poliéster S.A. e que ao final subscrevem, deram início aos trabalhos de análise das demonstrações financeiras da M&G Poliéster S.A., para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, que foram iniciados em 15 de março de 2011 e finalizados em 23 de março de 2011.

Os Conselheiros presentes analisaram os documentos solicitados, os esclarecimentos pertinentes prestados pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. e a Administração e emitiram o seguinte relatório:

- O Conselho Fiscal da M&G Poliéster S.A. de acordo com o disposto em seu regimento e a legislação em vigor, tendo como incumbência primordial o acompanhamento, de forma independente, quanto à integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da Auditoria Independente com a finalidade de encaminhar a AGO as demonstrações financeiras anuais e o relatório da Administração como o seu relatório.
- As avaliações do Conselho Fiscal basearam-se nas discussões e informações recebidas da Administração, dos Auditores Independentes, pelas avaliações e revisões dos sistemas de controle internos decorrentes de suas verificações e nos trabalhos que os Auditores Independentes realizaram e de suas próprias análises.
- A elaboração das demonstrações financeiras é de responsabilidade da Administração cabendo a esta estabelecer os procedimentos necessários para assegurar a qualidade dos processos dos quais se originam as informações utilizadas na preparação das mesmas e na geração de relatórios. A Administração também é responsável pelo estabelecimento e supervisão do sistema de controles internos e monitoramento de riscos.
- A Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. é a responsável pela auditoria das demonstrações financeiras, cabendo-lhes assegurar que elas estão apresentadas de forma adequada, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da

M&G Poliéster S.A., de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com a adoção do IFRS pela primeira vez, aplicando todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC e pelo IASB.

- Dentre as atividades desenvolvidas pelo Conselho Fiscal, destacaram-se:
 - Reuniões periódicas e demais diligências quando julgadas necessárias, devidamente registradas em Atas, envolvendo áreas de negócios como: financeira, controles e na implementação dos aperfeiçoamentos das recomendações dos Auditores Independentes.
 - Reuniões trimestrais pela revisão dos respectivos ITRs.
 - O conhecimento do planejamento dos trabalhos dos Auditores Independentes para o exercício de 2010, dos níveis de relevância e das áreas de risco por eles identificadas. Bem como dos resultados dos procedimentos de auditoria aplicados e evidências obtida sobre as principais operações, incluindo os pontos de atenção e as recomendações constantes dos seus relatórios circunstanciais.
 - O Conselho Fiscal reuniu-se especificamente com os Auditores Independentes para obter esclarecimentos a respeito do parecer sobre as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e por, outras vezes para a discussão de outros assuntos de relevo.
- O Conselho Fiscal em conformidade com as Instrução CVM nº 371/02 examinou os fundamentos e as expectativas do "estudo técnico de viabilidade de geração de lucros tributários futuros", os quais foram aprovados pelo Conselho de Administração em reunião datada de 18 de março de 2011, a qual é parte integrante desta.
- Considerações Finais.

A Companhia, em 30 de novembro de 2009, através da sua controlada M&G Fibras e Resinas Ltda. aderiu aos Programas de Recuperação Fiscal instituídos pela Lei no. 11941/09 e pela Medida Provisória no. 470/09.

A decisão da Administração levou em conta a avaliação de seus consultores externos e o custo benefício a ser obtido no enquadramento do Refis.

A Companhia, no tocante aos Créditos a Receber, referem-se ao valor a ser reembolsado pela ex-controladora Rhodia Brasil Ltda., e tem como origem o valor correspondente ao Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI não recolhido pela controlada M&G Fibras e Resinas Ltda. (antiga Rhodia-Ster Fibras e Resinas Ltda.), decorrente do aproveitamento do crédito presumido do IPI sobre aquisição de materiais tributados a alíquota zero até 30 de setembro de 2003.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da M&G Poliéster S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da M&G Poliéster S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas

contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da M&G Poliéster S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da M&G Poliéster S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da M&G Poliéster S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Derivativos

A Companhia e as controladas têm contratado operações financeiras com derivativos visando à proteção de sua exposição a taxas de juros relacionadas aos empréstimos com o BNDES, BNB e outros bancos comerciais, tendo em conta o contexto de suas atividades operacionais e o horizonte dos fluxos de caixa futuros sujeitos a tais riscos. Atualmente, os instrumentos financeiros derivativos contratados envolvem unicamente contratos de "swap". Não foi oferecido nenhum tipo de garantia pela Companhia e não há previsão de chamada de margem. Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2010, foram calculados projetando os fluxos futuros dos investimentos utilizando os indicadores de referência contratuais e trazidos a valor presente por indicadores divulgados pela BM&F. A composição dos instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2010 é a seguinte:

Descrição	Valor Nocial (R\$)	Contra Parte	Início	Vencimento	Posição Ativa	Posição Passiva	Cotação
							Valor justo em R\$
Swap de taxa de juros ..	55.000	Itaú BBA	28/4/2008	27/4/2018	Pré 8,4436%	70,30% CDI	419
Swap de taxa de juros ..	55.000	Unibanco	28/4/2008	27/4/2018	Pré 8,4436%	70,30% CDI	494
							913

A interpretação dos dados de mercado assim como a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas para o valor justo dos derivativos não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter efeito nessas estimativas quando tal avaliação alternativa é cabível.

Referidas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na ótica dos valores liquidados, durante o exercício de 2010 resultaram em um recebimento de caixa de R\$ 755 (R\$ 3.568 em 2009). O valor justo dos derivativos em objeto em 31 de dezembro de 2010, representado por um ganho, no montante de R\$ 913 (R\$1.475 em 2009), foi contabilizado na rubrica "outras contas a receber".

Análise de sensibilidade

Considerando o valor nocial dos derivativos e seus vencimentos, observamos que o risco de saída de caixa decorre na maior parte do tempo do aumento das taxas de juros - CDI e de desvalorização do real frente ao dólar norte-americano, como podemos ver abaixo. Foram elaborados testes de sensibilidade para os instrumentos financeiros derivativos e seus objetos de hedge, como segue:

No preparo das análises de sensibilidade, o uso de estimativas é requerido para certos ativos, passivos e transações. Os resultados reais podem ser diferentes dessas estimativas. Foram consideradas pela Administração da Companhia as curvas de mercado disponíveis para os diversos prazos e instrumentos analisados. A taxa de juros e a taxa de câmbio estimada como prováveis refletem a expectativa média de projeções que a Administração entende ser provável de realização ao longo do prazo para instrumento e transação. Os cenários "possível" e "remoto" refletem expectativas de variação desses indicadores em 25% e 50%, respectivamente.

Derivativos de Juros

Premissas diferenciais:

Taxa de Juros (CDI).....	Ano Vencimento	Risco	Posição Ativa	Posição Passiva	Valor Base Nocial	Cenário - Ganho (perda)		
						Provável	Possível	Remoto
Taxa de Câmbio (R\$ por US\$1,00)						10,64%	13,30%	15,96%
Contratos de Swap:						1,6662	2,0828	2,4993
ItaúBBA.....	2018	Alta do CDI	Pré 8,4436%	70,30% CDI	55.000	1.985	(960)	(3.842)
Unibanco.....	2018	Alta do CDI	Pré 8,4436%	69,80% CDI	55.000	2.074	(850)	(3.711)
Exposição cambial líquida.....							(49.739)	(99.479)
Total.....						4.059	(51.549)	(107.032)

Em caso de desvalorização cambial de 25% e 50%, em relação à taxa de câmbio considerada provável pela Administração, os impactos seriam de R\$49.739 e R\$99.479, respectivamente. Entretanto, tais impactos só se materializariam em perdas no caso das taxas de câmbio resultantes de tais desvalorizações remanescerem até a data de realização e liquidação dos ativos e passivos subjacentes, ou se ocorrerem exatamente nos momentos de recebimento e pagamento das respectivas transações.

30. Eventos subsequentes

Em 2007 a controlada M&G Polímeros Brasil S.A. firmou um contrato de fornecimento para revenda e outras avenças com um ex-concorrente, já submetido e aprovado sem restrições pelos órgãos públicos competentes.

Por força do referido contrato, a controlada comprometeu-se a fornecer e o ex-concorrente a comprar, no decorrer de 24 meses, uma quantidade mínima de resina PET destinada a abastecer os clientes dele durante esse prazo.

Entre as outras avenças, o ex-concorrente comprometeu-se a ceder em comodato as suas instalações, uso que pode ser feito por um período de 4 anos a critério da controlada, bem como o direito de compra nesse período daquelas instalações por preço determinado ou o direito de preferência no caso de oferta firme de terceiros.

Por conta deste conjunto de obrigações, a controlada já pagou aproximadamente US\$ 11.000.

O contrato inclui certos compromissos contingentes à ocorrência de eventos cuja materialização é ainda sujeita a estimativa.

A carta emitida pela ex-controladora Rhodia Brasil, datada de 18 de março de 2011, apresenta os parâmetros para este reembolso.

Finalizando, destaca o parecer da auditoria Ernst & Young Terco - Auditores Independentes S.S., datado de 23 março de 2011 e que, releva:

"Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da M&G Poliéster S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil."

8. No melhor entendimento, as praticas de governança corporativa e efetiva diligencia os Conselheiros Fiscais encaminham as demonstrações financeiras, conforme consta a seguir: Com base nas revisões e discussões acima e nos trabalhos detalhados e referidos, os Conselheiros Fiscais concluíram que as demonstrações financeiras, notas explicativas e Relatório da Administração estão em condições de serem encaminhadas aos acionistas para deliberação em AGO e divulgação das demonstrações financeiras auditadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Nada mais havendo a tratar, os Conselheiros lavraram a presente ata que segue assinada por todos.

São Paulo, 23 de março de 2011

Jorge Michel Lepeltier
Presidente do Conselho Fiscal

Aurélio Belarmino Barbosa
Membro

José Antonio de Assis Simões
Membro

São Paulo, 24 de março de 2011.

ERNST & YOUNG TERCO

ERNST & YOUNG TERCO Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Sergio Citeroni
Contador CRC-1SP170652/O-1

Wagner dos Santos Junior
Contador CRC-1SP216386/O-1

COMUNICADO AOS ACIONISTAS:

A Administração da Companhia disponibiliza em sua sede Social, localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 12.551 - 8º andar (parte), São Paulo-SP, a partir da presente data, a todos os seus acionistas, a documentação prevista no artigo 133 da lei das Sociedades Anônimas em vigor. Será necessário o agendamento prévio e em horário comercial, por parte dos interessados em analisá-las.